



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Planejamento  
e Gestão

# IPECE

# Informe

Nº 18 – Setembro de 2011

## Perfil da Segurança Alimentar no Estado do Ceará

*Análise dos dados do suplemento especial de segurança alimentar da PNAD para os anos de 2004 e 2009*

Com a colaboração:



SECRETARIA DO TRABALHO  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Governos do Estado do Ceará

**IPECE** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ

## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

### SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)

Evandro Sá Barreto Leitão – Secretário

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Jimmy Lima de Oliveira – Coordenador de Estudos Sociais

#### IPECE Informe - nº 18 – Setembro de 2011

##### Elaboração

*Janaina Rodrigues Feijó (Estagiária do IPECE)*

*Raquel da Silva Sales*

*Valdemar Rodrigues de Pinho Neto*

*Vitor Hugo Miro*

*Regina Praciato - STDS*

*Margarida Câmara - STDS*

**Revisão:** *Laura Carolina Gonçalves*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

##### Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

##### Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

##### Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

### Nesta Edição

Esse informe apresenta informações dos domicílios particulares e permanentes quanto à situação de segurança alimentar, para o Ceará, Nordeste e Brasil. Tais informações foram obtidas a partir de suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD, que contemplou o tema Segurança Alimentar nos anos de 2004 e 2009, utilizando, para tanto, as definições adotadas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.

Em todas as regiões do Brasil houve uma redução no nível de Insegurança Alimentar (IA) da população, o que fez com que o país atingisse, em 2009, um percentual de 30,25% de domicílios com algum caso registrado de IA, contra os 34,91% de 2004.

Quando se observa a taxa de variação 2004-2009 percebe-se que os estados que obtiveram o melhor desempenho foram os estados de Mato Grosso (- 37,72%), Roraima (-32.38%) e Paraíba (-23.17%). O Ceará conseguiu reduzir sendo seu desempenho mediano em relação aos outros estados.

O Ceará também apresentou, no mesmo período, resultado positivo, com decréscimo no nível de IA em 13,29%, sendo seu desempenho mediano em relação aos outros estados. Embora o índice seja ainda elevado em relação a outras Unidades da Federação, sobretudo das regiões Sul e Sudeste, o avanço cearense foi expressivo com mais de 500 mil pessoas deixaram à zona de IA.

As informações apresentadas nesse estudo constituem-se em uma importante ferramenta de apoio às estratégias de desenvolvimento a serem adotadas, no sentido de torná-las mais efetivas em melhorar as condições de alimentação da população.

## **1. INTRODUÇÃO**

Um dos temas de grande relevância em termos de políticas sociais no enfrentamento da pobreza é a questão da Segurança Alimentar (SA). Entende-se por esse conceito como a situação em que um indivíduo exerce plenamente o seu direito humano de ter acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas e de forma permanente. Em sentido contrário, sem condições para exercer esse direito, a pessoa se encontra em situação de Insegurança Alimentar (IA).

A questão de SA está intimamente relacionada à situação de pobreza pelas restrições que a insuficiência de renda impõe ao acesso a alimentos, principalmente sobre a aquisição destes. Assim os ganhos de rendimento teriam papel fundamental na redução dessas dificuldades ligadas a má alimentação e a fome.

Um marco importante foi a incorporação da questão alimentar ao texto constitucional. Segundo a Constituição Federal, a privação a uma ingestão de nutrientes adequada consiste no impedimento da realização de um direito social básico de todos os brasileiros, caracterizando uma situação de vulnerabilidade. Este direito só se realizaria quando as pessoas conseguissem ter acesso garantido e ininterrupto a uma alimentação adequada e saudável.

Grandes avanços em termos de políticas públicas tem ocorrido no Brasil desde a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) em 1993. Como exemplo, podemos citar o aumento do volume dos recursos destinados aos programas de combate a IA, o Programa Bolsa Família, Abastecimento Agroalimentar, Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Alimentação Escolar. No entanto, ainda existe uma grande parte da população com dificuldades no dia a dia para atingir as exigências de ingestão de nutrientes saudáveis para atendimento de suas necessidades e de sua família.

As políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais da população, principalmente entre aqueles que vivem em situação de extrema pobreza. Assim, esse documento visa contribuir para a formulação e implementação de ações públicas que sejam capazes de apoiar estratégias de desenvolvimento social como, por exemplo, as ações de transferência de renda e de alimentos com natureza suplementar ou emergencial para fazer frente às carências imediatas da população.

Nesse sentido, é relevante averiguar e compreender a magnitude das relações que a situação de IA tem com seus determinantes, pois tal exercício possibilita delinear estratégias e facilitar a tomada de decisões governamentais, através de políticas públicas focadas para a garantia do direito a alimentação adequada. Essa é a preocupação do Governo do Estado do Ceará nas suas diversas ações.

Os resultados desse trabalho foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD, que contemplou o tema de Segurança/Insegurança Alimentar em forma de pesquisa suplementar para os anos de 2004 e 2009 utilizando a ótica adotada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.

Considerando as informações disponibilizadas pela PNAD, o presente Informe caracteriza a situação de SA no estado do Ceará, contextualizando nosso estágio em relação ao Nordeste e Brasil.

Para tanto este documento encontra-se dividido em seis seções sendo a primeira esta introdução A segunda seção apresenta-se a análise econômica da segurança alimentar e a importância da EBIA; a terceira e a quarta seção informam a caracterização dos domicílios particulares e permanentes e análise da caracterização dos moradores desses domicílios respectivamente quanto aos aspectos de segurança e insegurança; já na quinta apresentam-se os desafios para o Estado na Segurança Alimentar e na sexta e última seção encontram-se as considerações finais.

## **2. A ANÁLISE ECONÔMICA DE A SEGURANÇA ALIMENTAR E A IMPORTÂNCIA DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR**

A necessidade de indicadores de (in)segurança alimentar é algo que parece bastante intuitivo para a compreensão do fenômeno. Estabelecer a magnitude das relações que essa condição possui com seus determinantes é de grande validade na definição de estratégias e na tomada de decisões de políticas públicas voltadas à garantir o direito da alimentação adequada.

Nesse sentido, o desenvolvimento e validação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) tornou disponível um indicador direto das condições de desigualdade alimentar e nutricional. A EBIA é uma escala que se baseia na percepção dos indivíduos sobre questões pertinentes às condições da alimentação dos moradores do domicílio. Tal escala é resultado de um conjunto de esforços de um grupo acadêmico composto por pesquisadores de seis instituições<sup>1</sup>, no qual foi possível adaptar o questionário do *Household Food Security Survey Module (HFSSM)* elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture – USDA*) para a realidade brasileira<sup>2</sup>.

O método aplicado para a EBIA estabelece pontos de corte fixados de acordo com o registro de respostas positivas ou negativas em um conjunto de 14 perguntas. As questões são vinculadas em seu enunciado à falta de dinheiro para comprar comida: a) a preocupação de que o alimento acabe; b) a redução da quantidade de alimentos; c) deixar de fazer alguma refeição; d) comer menos; e) sentir fome e não comer; f) perder peso; g) quantidade de peso perdida; h) fazer apenas uma refeição ou ficar o dia todo sem comer; i) deixar de ter alimentação saudável e variada; j) não comer quantidade suficiente de comida; e k) diminuir a quantidade de alimentos das refeições.

O somatório das respostas constitui escores de pontuação, diferenciados para domicílios com maiores de 18 anos de idade e sem menores de 18 anos, que devem ser observados em conjunto e que fornece informações sobre a situação de Segurança Alimentar dos moradores dos domicílios. De acordo com essa escala, os domicílios podem ser classificados de acordo com o *status* de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar, sendo esta segunda subdividida em três níveis, a saber:

**i) Insegurança Alimentar Leve:** Aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível;

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (coordenação), Universidade de Brasília-UNB, Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA, e da Universidade de Connecticut-UCCON-USA (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

<sup>2</sup> SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, Letícia. A Segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v.16, n. 2, 2009.

**ii) Insegurança Alimentar Moderada:** Os moradores conviveram no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento;

**iii) Insegurança Alimentar Grave:** Aqueles que além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome.

Em 2004, por decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a EBIA foi incorporada à PNAD na forma de uma pesquisa suplementar. Surgiu assim, o primeiro diagnóstico, no Brasil, de segurança e insegurança alimentar domiciliar, com abrangência e representatividade nacionais. Até o momento, o suplemento de insegurança alimentar foi replicado na PNAD de 2009, com alguns aprimoramentos, fato que indica a intenção de um levantamento periódico de dados permitindo a avaliação de indicadores de insegurança alimentar no Brasil.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES E PERMANENTES POR SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

Inicialmente, para contextualizar a situação do estado do Ceará, esta seção traz uma análise dos dados de Segurança e Insegurança Alimentar para o Brasil e suas regiões, nos anos de 2004 e 2009, além das análises em nível estadual e comparações entre Ceará, Nordeste e Brasil.

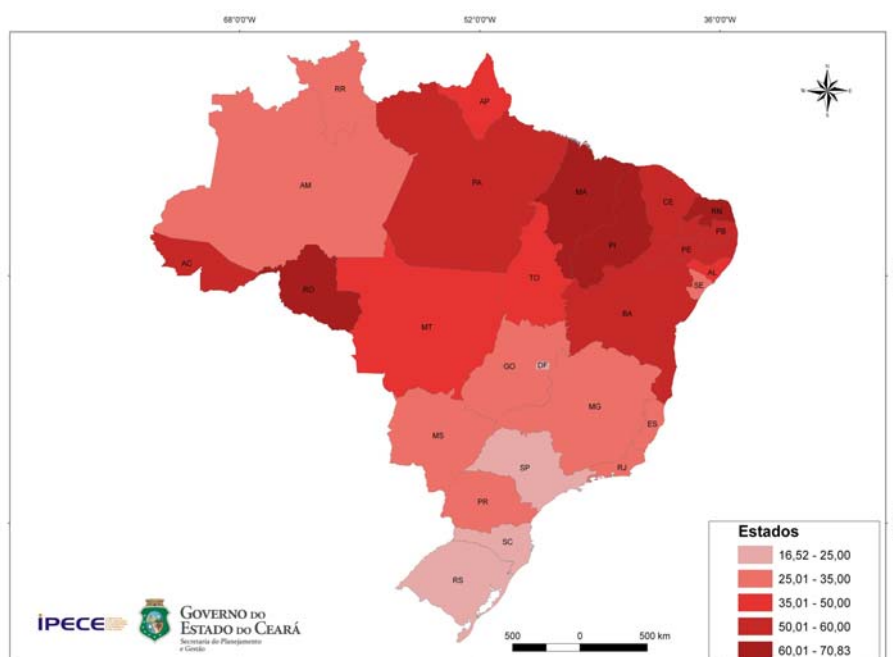
As primeiras informações apresentadas na Tabela 1 mostram que entre os dois anos considerados, o percentual de domicílios brasileiros com algum caso de IA caiu de aproximadamente 35% para 30,2%. Na região Nordeste, esta redução foi de 7,5 pontos percentuais (de 53,6% para 46,1%), sendo a região que apresentou a maior redução da proporção de domicílios que relataram estar em situação de insegurança alimentar.

**Tabela 1:** Domicílios particulares permanentes (em 1.000 domicílios) por situação de Segurança Alimentar e tipo de Insegurança Alimentar por situação do domicílio Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009.

Brasil e Regiões	Total	Com Segurança Alimentar		Com Insegurança Alimentar					
				Leve		Moderada		Grave	
		Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<b>2004</b>									
<b>Brasil</b>	51.666	33.607	65,0	9.321	18,0	5.123	9,9	3.592	7,0
<b>Norte</b>	3.533	1.893	53,6	749	21,2	474	13,4	416	11,8
<b>Nordeste</b>	13.264	6.152	46,4	3.032	22,9	2.320	17,5	1.754	13,2
<b>Sudeste</b>	22.935	16.722	72,9	3.727	16,3	1.550	6,8	929	4,1
<b>Sul</b>	8.163	6.245	76,5	1.139	14,0	471	5,8	304	3,7
<b>Centro-Oeste</b>	3.771	2.596	68,8	574	15,2	309	8,2	189	5,0
<b>2009</b>									
<b>Brasil</b>	58.646	40.909	69,8	10.973	18,7	3.834	6,5	2.930	5,0
<b>Norte</b>	4.122	2.462	59,7	896	21,7	385	9,3	380	9,2
<b>Nordeste</b>	15.356	8.271	53,9	3.814	24,8	1.838	12,0	1.433	9,3
<b>Sudeste</b>	25.745	19.757	76,7	4.177	16,2	1.061	4,1	750	2,9
<b>Sul</b>	9.067	7.374	81,3	1.201	13,2	299	3,3	192	2,1
<b>Centro-Oeste</b>	4.357	3.045	69,9	885	20,3	252	5,8	175	4,0

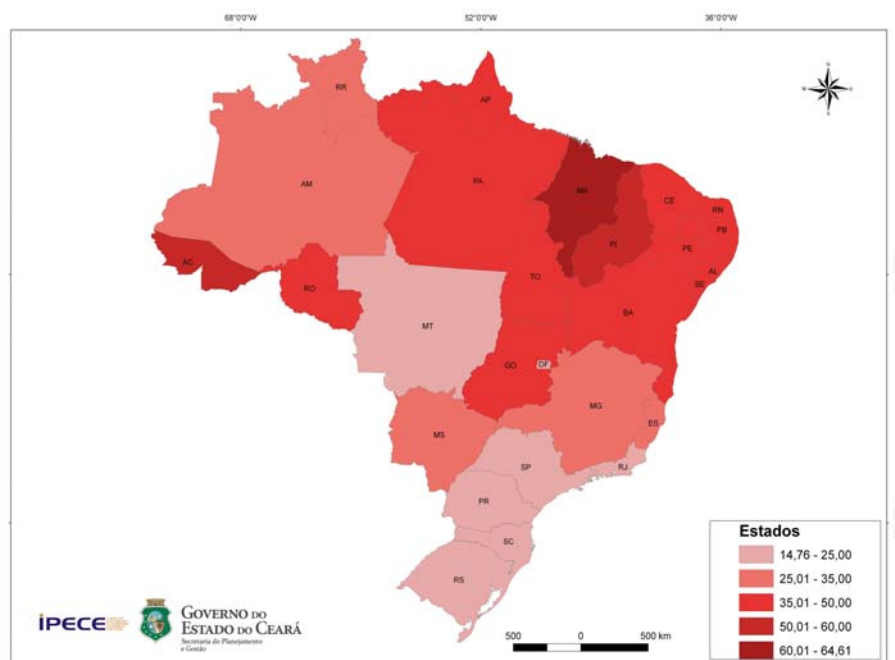
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Os Mapas 1 e 2 ilustram a distribuição territorial da IA, considerando os estados brasileiros nos anos de 2004 e 2009.



**Mapa 1:** Domicílios particulares permanentes por situação de Segurança Alimentar- Estados- 2004

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE



**Mapa 2:** Domicílios particulares permanentes por situação de Segurança Alimentar- Estados- 2009  
 Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

De um modo geral verifica-se a melhora nesse indicador, mas em alguns estados das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste ocorreu o contrário, pois aumentaram a proporção de domicílios com algum caso de Insegurança Alimentar entre esses dois anos, são eles: Sergipe (Nordeste), Rondônia, Amazonas, Amapá (Norte), Mato Grosso do Sul e Goiás (Centro-Oeste).

A Tabela 2 apresenta o ranking dos estados considerando a proporção de domicílios particulares permanentes que apresentaram IA em algum nível. Em 2004 os estados em pior situação eram Roraima (70,83%), Maranhão (69,07%) e Piauí (63,53%), e os melhores valores desse indicador pertenciam a Santa Catarina (16,52%), São Paulo (24,21%) e Rio Grande do Sul (24,74%). Em 2009 verificou-se que dentre os 10 estados com os níveis mais elevados de IA, 5 estavam no Nordeste e 4 no Norte. Em 2009, os estados em pior situação eram os do Maranhão (64,61%), Piauí (58,71%) e Acre (52,97%), o estado do Ceará apresentou uma proporção de 48,31% de seus domicílios vivendo em más condições alimentares, valor este que é superior a média nacional e regional.



**Tabela 2:** Ranking dos estados por proporção de domicílios particulares permanentes (em 1.000 domicílios) com algum tipo de Insegurança Alimentar Brasil, 2004 e 2009.

Estados	2004				2009				Variação (%) 2004 - 2009	Rank
	Total	Total de Dom c/ IA	%	Rank	Total	Total de Dom. c/ IA	%	Rank		
AC	162	95	58,64	5	185	98	52,97	3	-9,67	15
AL	760	340	44,74	12	886	328	37,02	15	-17,25	10
AP	118	52	44,07	13	153	70	45,75	7	3,82	22
AM	739	237	32,07	16	858	284	33,10	16	3,21	21
BA	3.742	1878	50,19	10	4.303	1773	41,20	11	-17,90	8
<b>CE</b>	2.066	<b>1151</b>	<b>55,71</b>	<b>6</b>	2.395	<b>1157</b>	<b>48,31</b>	<b>4</b>	<b>-13,29</b>	13
DF	651	162	24,88	24	787	167	21,22	24	-14,73	11
ES	963	272	28,25	20	1.090	303	27,80	19	-1,58	20
GO	1.663	574	34,52	15	1.860	705	37,90	14	9,81	25
MA	1429	987	69,07	2	1701	1099	64,61	1	-6,46	19
MT	804	286	35,57	14	957	212	22,15	22	-37,72	1
MS	650	170	26,15	21	752	230	30,59	18	16,94	26
MG	5498	1745	31,74	17	6.229	1691	27,15	20	-14,47	12
PA	1669	908	54,40	7	1975	853	43,19	9	-20,61	7
PB	948	505	53,27	8	1.080	442	40,93	12	-23,17	3
PR	3.065	794	25,91	23	3.437	700	20,37	25	-21,38	6
PE	2.242	1147	51,16	9	2.577	1085	42,10	10	-17,70	9
PI	763	485	63,56	3	896	526	58,71	2	-7,64	17
RJ	4868	1378	28,31	19	5.387	1179	21,89	23	-22,68	4
RN	781	472	60,44	4	923	435	47,13	6	-22,02	5
RS	3.367	833	24,74	25	3.659	702	19,19	26	-22,45	4
RO	414	124	29,95	18	449	142	31,63	17	5,59	23
RR	96	68	70,83	1	119	57	47,90	5	-32,38	2
SC	1731	286	16,52	27	1.971	291	14,76	27	-10,64	14
SP	11607	2810	24,21	26	13.039	2915	22,36	21	-7,66	16
SE	533	139	26,08	22	595	240	40,34	13	54,67	27
TO	336	157	46,73	11	384	167	43,49	8	-6,93	18

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Quando se observa a taxa de variação 2004-2009 percebe-se que os estados que obtiveram o melhor desempenho foram os estados de Mato Grosso (- 37,72%), Roraima (-32,38%) e Paraíba (-23,17%). O Ceará conseguiu reduzir em 13,29%, sendo seu desempenho mediano em relação aos outros estados.

Na Tabela 3 são ilustradas as informações relacionadas à SA do Ceará em comparação com a região Nordeste e com o Brasil. Como foi apresentado anteriormente (Tabela 1), a proporção de domicílios em situação de IA caiu de forma expressiva entre 2004 e

2009, tomando o Brasil ou a região Nordeste. No estado Ceará, essa proporção caiu de 55,71% para 48,31%, no mesmo período.

**Tabela 3:** Domicílios particulares permanentes (em 1.000 domicílios) por situação de Segurança Alimentar e tipo de Insegurança Alimentar por situação do domicílio Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009

	Total	Segurança Alimentar		Insegurança Alimentar							
				Total		Leve		Moderada		Grave	
		Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<b>2004</b>											
<b>Brasil</b>	51.666	33.607	65,05	18.035	34,91	9.321	18,04	5.123	9,92	3.592	6,95
<b>Nordeste</b>	13.264	6.152	46,38	7.105	53,57	3.032	22,86	2.320	17,49	1.754	13,22
<b>Ceará</b>	2.066	914	44,24	1.151	55,71	502	24,30	354	17,13	295	14,28
<b>2009</b>											
<b>Brasil</b>	58.646	40.909	69,76	17.738	30,25	10.973	18,71	3.834	6,54	2.930	5,00
<b>Nordeste</b>	15.356	8.271	53,86	7.085	46,14	3.814	24,84	1.838	11,97	1.433	9,33
<b>Ceará</b>	2.395	1.238	51,69	1.157	48,31	585	24,43	324	13,53	247	10,31

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

A presença de indivíduos menores de 18 anos nos domicílios é também considerada entre os critérios de classificação de IA da EBIA. Em geral, a presença destes, eleva a necessidade de alimentos ao mesmo tempo em que aumenta o número de dependentes. Nesse sentido, a Tabela 4 confirma este resultado para o Brasil, Nordeste e Ceará, considerando domicílios particulares e permanentes com a presença de pelo menos um morador menor de 18 anos.

**Tabela 4:** Domicílios particulares permanentes (em 1.000 domicílios) por situação de Segurança Alimentar e tipo de Insegurança Alimentar e Presença ou não de menor de 18 anos de idade por situação do domicílio Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009

Regiões	Domicílios Particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade					Domicílios Particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade				
	Total	Com Segurança Alimentar	Com Insegurança Alimentar			Total	Com Segurança Alimentar	Com Insegurança Alimentar		
			Leve	Moderada	Grave			Leve	Moderada	Grave
<b>2004</b>										
<b>Brasil</b>	20.768	15.722	2.219	1.578	1.245	30.898	17.885	7.102	3.545	2.346
<b>Nordeste</b>	4.436	2.176	625	589	506	8.828	3.436	2.407	1.731	1.247
<b>Ceará</b>	659	400	36	43	40	1.407	513	406	273	213
<b>2009</b>										
<b>Brasil</b>	27.089	21.083	3.463	1.411	1.132	31.558	19.826	7.510	2.424	1.798
<b>Nordeste</b>	6.058	3.897	1.084	599	478	9.298	4.374	2.730	1.239	955
<b>Ceará</b>	886	567	152	94	72	1.509	671	433	231	175

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Observa-se que nos domicílios particulares no qual residiam apenas moradores maiores de 18 anos a situação de IA foi mais amena. Em 2009, no Brasil, de um total de pouco mais de 27 milhões de domicílios particulares com apenas moradores maiores de 18 anos de idade, 22,2% constataram algum nível de IA. Entre os 31,5 milhões de domicílios em que pelo menos um morador era menor de 18 anos de idade, esse percentual passava para 37,2%. No Ceará, constata-se situação semelhante, em que de 886 mil domicílios com apenas moradores maiores de 18 anos, 35,9% relataram IA, ao passo que entre os domicílios com pelo menos um morador era menor de 18 anos de idade, esse percentual era de 55,6%.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES E PERMANENTES POR SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

Essa seção encontra-se dividida em sete subseções, sendo que cada uma apresenta a associação entre restrições na alimentação e outras características tais como: renda, gênero, raça/cor, grupo de idade, escolaridade do chefe do domicílio, frequência escolar dos menores de 18 anos, condição de ocupação e atividade. Assim, analisam-se os fatores que podem estar correlacionado com o fato dos domicílios apresentarem algum tipo de Insegurança Alimentar.

##### **4.1. Por Classe de Renda**

A renda pode ser considerada como um dos principais determinantes das condições de acesso à alimentação de um indivíduo ou de uma família, portanto, a análise da incidência de IA sobre seus diferentes níveis de rendimentos torna-se de extrema relevância.

Essa seção apresenta dados de pessoas que residem em domicílios em situação de IA moderada ou grave de acordo com o nível de renda domiciliar *per capita*, que foi definida em seis classes de rendimento delimitadas como proporções do salário mínimo vigente em 2009<sup>3</sup>. A grande maioria das pessoas concentra-se nas classes que auferem algum rendimento até ½ salário mínimo, que equivale a uma das formas de estabelecer a linha de pobreza.

---

<sup>3</sup> As classes de rendimento foram definidas em termo do salário mínimo de 2009, R\$465,00.

Em 2009, os dados da PNAD para o Ceará registravam 2,31 milhões de pessoas residindo em domicílios com IA moderada ou grave. De acordo com a edição anterior da pesquisa suplementar, em 2004, haviam 2,83 milhões de pessoas nessa situação, ou seja, uma redução superior a meio milhão de pessoas.

A Tabela 5 apresenta os números relativos à quantidade de moradores em domicílios com IA moderada ou grave de acordo com a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* para o Brasil, Nordeste e Ceará.

**Tabela 5-** Moradores em domicílios particulares (em 1000 pessoas) com Insegurança Alimentar moderada ou grave, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil, Nordeste e Ceará - 2004/2009

	Total	Sem rendimentos até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>2004</b>						
<b>Brasil</b>	35.422,5	18.194,9	10.644,3	4.738,2	1.046,7	158,1
<b>Nordeste</b>	17.539,3	10.998,7	4.627,7	1.354,5	156,3	29,5
<b>Ceará</b>	2.834,2	1.792,1	760,5	202,6	29,9	7,8
<b>2009</b>						
<b>Brasil</b>	25.393,9	8.946,0	8.125,7	5883,4	1.713,4	248,0
<b>Nordeste</b>	12.876,5	5.646,1	4.156,9	2.375,8	468,2	34,7
<b>Ceará</b>	2.305,8	1.001,5	749,8	452,6	64,5	4,5

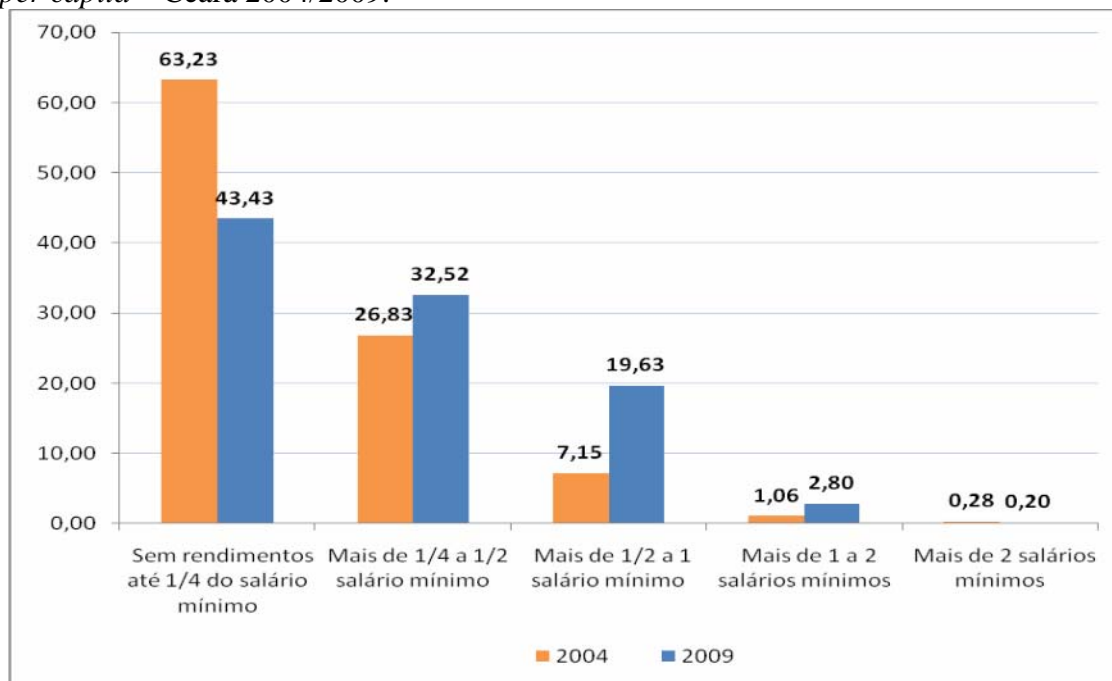
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

No Ceará, em 2004, 63,2% dos domicílios que estavam em situação de IA moderada ou grave ganhavam até um  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, em 2009 esse indicador se reduziu chegando a 43,4%. Considerando essa mesma faixa de renda, no Nordeste, o índice que era de 62,7% em 2004 reduziu para 43,8% em 2009. Já para o Brasil, essa proporção caiu de 51,3% em para 35,2%, entre 2004 e 2009.

No caso do Ceará em específico, o Gráfico 1 mostra a distribuição relativa de pessoas em situação de IA moderada ou grave, de acordo com as classe de rendimento domiciliar *per capita* nos dois períodos em que a pesquisa foi realizada. A redução relativa na proporção de pessoas em IA moderada ou grave pode ser facilmente visualizada. Observa-se também um aumento na proporção de pessoas na faixa de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo até dois salários mínimos, e no conjunto de pessoas que residem em domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* superior a dois salários mínimos a incidência é muito baixa.

Identifica-se assim, que a condição alimentar das pessoas em situação mais precária melhorou nos últimos anos.

**Gráfico 1** – Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares com Insegurança Alimentar moderada ou grave, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Ceará 2004/2009.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

## 4.2. Por Gênero

A Tabela 6 mostra a proporção de moradores em domicílios particulares permanentes com alguma restrição alimentar, considerando o sexo dos indivíduos no mesmo ano. Verifica-se que, tanto em 2004 quanto em 2009, não houve diferença considerável na proporção de homens e mulheres sujeitos a essa restrição. Em 2004, no Ceará, 60,83% da população feminina estava em situação de insegurança alimentar e 61,81% da população masculina. Em 2009 estes valores passaram a ser 52,67% no caso das mulheres e 53,33% para os homens.

**Tabela 6:** Moradores em Domicílios particulares permanentes (em 1000 pessoas) por situação de Segurança Alimentar e tipo de Insegurança Alimentar e Sexo por situação do domicílio Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009

Regiões	Moradores em domicílios particulares por sexo (1.000 moradores)							
	Total		Com Segurança Alimentar		Com Insegurança Alimentar			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Leve		Moderada ou grave	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>2004</b>								
<b>Brasil</b>	88.453	93.162	53.046	56.169	17.843	19.033	17.522	17.927
<b>Nordeste</b>	24.953	26.165	10.139	10.844	6.047	6.525	8.757	8.789
<b>Ceará</b>	3.899	4.141	1.488	1.622	1.008	1.086	1.402	1.433
<b>2009</b>								
<b>Brasil</b>	93.302	98.391	61.499	64.647	19.328	20.803	12.484	12.941
<b>Nordeste</b>	26.286	27.712	12.926	13.757	6.986	7.444	6.374	6.511
<b>Ceará</b>	4.124	4.442	1.899	2.102	1.084	1.171	1.171	1.169

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### 4.3. Por Raça

Outro aspecto importante a ser considerado é a cor/raça declarada dos indivíduos e sua relação com a IA. No Ceará, em 2004, o índice de IA moderada ou grave entre pessoas pardas e negras era de 38,89%, e no caso das pessoas que se afirmaram como brancas esse índice era de 27,97%. Em 2009, o índice de IA moderada ou grave atingiu 29,40% para o primeiro grupo, enquanto que o percentual da população branca foi de 21,54%. Informações sobre os valores absolutos em cada grupo racial podem ser visualizados na Tabela 7.

**Tabela 7:** Moradores em Domicílios particulares permanentes (em 1000 pessoas) por situação de Segurança Alimentar e tipo de Insegurança Alimentar e Cor e Raça por situação do domicílio Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009

Regiões	Moradores em domicílios particulares por sexo (1.000 moradores) Por situação da Segurança Alimentar por cor ou raça							
	Total		Com Segurança Alimentar		Com Insegurança Alimentar			
	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Leve		Moderada ou grave	
	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda
<b>2004</b>								
<b>Brasil</b>	93.090	87.452	66.828	41.604	15.389	21.328	10.842	24.477
<b>Nordeste</b>	15.189	35.729	7.750	13.136	3.544	8.978	3.891	13.602
<b>Ceará</b>	2.674	5.335	1.278	1.816	648	1.443	748	2.075
<b>2009</b>								
<b>Brasil</b>	92.420	97.908	69.662	55.413	15.671	24.268	7.087	18.226
<b>Nordeste</b>	15.576	38.249	8.925	17.660	3.878	10.511	2.773	10.079
<b>Ceará</b>	2.655	5.897	1.444	2.549	639	1.614	572	1.734

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

#### 4.4. Por Grupo de Idade

Com relação à idade dos moradores observou-se maior incidência de IA nos domicílios em que residiam crianças. No Ceará 27,7% da população de 0 a 4 anos de idade moravam em domicílios com insegurança grave. Este percentual foi de 33,6% na população de 5 a 17 anos de idade, 24,6% na faixa de 18 a 49, 25,6% na faixa de 50 a 64 anos de idade e 23,2% na de 65 anos ou mais.

Esta informação confirma a idéia de que domicílios com uma razão de dependência elevada tende a ter maiores dificuldades de suprir necessidades nutricionais de forma adequada.

**Tabela 8:** Moradores em Domicílios particulares permanentes (em 1000 pessoas) com Insegurança Alimentar moderada ou grave por grupos de idade Brasil, Nordeste e Ceará 2004/2009

	Total	Grupos de Idade									
		0 a 4 anos		5 a 17 anos		18 a 49 anos		50 a 64 anos		65 anos ou mais	
		Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<b>2004</b>											
<b>Brasil</b>	35.449	3.800	10,72	11.097	31,30	15.416	43,49	3.475	9,80	1.656	4,67
<b>Nordeste</b>	17.547	1.907	10,87	5.630	32,09	7.609	43,36	1.619	9,23	781	4,45
<b>Ceará</b>	2835	318	11,22	913	32,20	1.218	42,96	260	9,17	126	4,44
<b>2009</b>											
<b>Brasil</b>	25.425	2.317	9,11	7.611	29,94	1.1255	44,27	2.916	11,47	1.326	5,22
<b>Nordeste</b>	12.885	1.191	9,24	3.984	30,92	5.892	45,73	1.349	10,47	668	5,18
<b>Ceará</b>	2.310	199	8,61	733	31,73	1.008	43,64	249	10,78	121	5,24

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

#### 4.5. Por Anos de Estudo dos Chefes de Domicílio

Os resultados da Tabela 9 confirmam que a chance de um domicílio enfrentar a IA cai significativamente conforme o nível de escolaridade dos provedores (chefes de família) do domicílio aumenta. Pessoas com maior escolaridade tendem a ter maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, de auferir renda e prover o domicílio de condições alimentares adequadas.

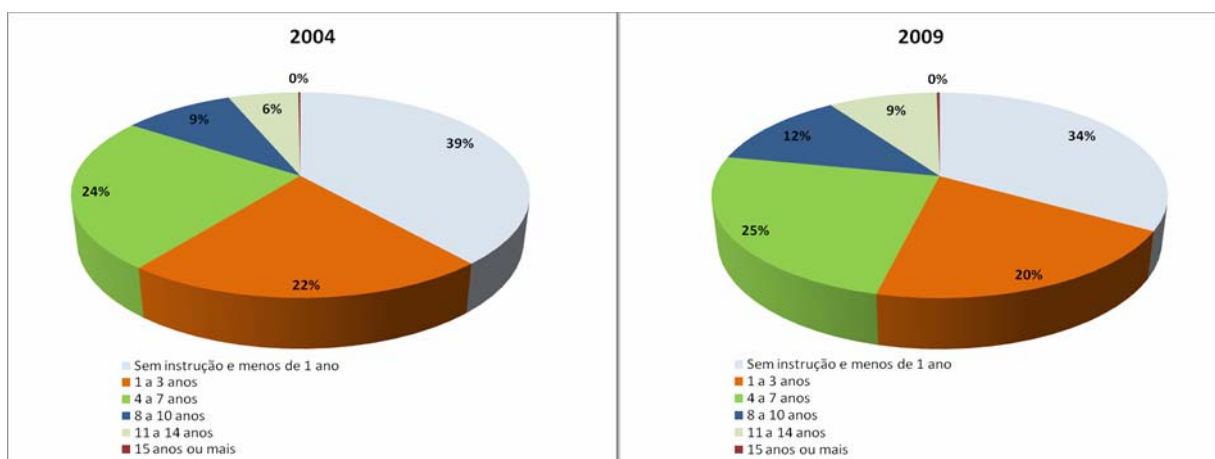
**Tabela 9 - Moradores em domicílios particulares (em 1000 pessoas) com Insegurança Alimentar moderada ou grave, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio - Brasil, Nordeste e Ceará - 2004/2009**

	Total	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio						Não determinados e sem declaração
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	
<b>2004</b>								
<b>Brasil</b>	35.448.761	12.516.500	7.751.835	9.430.154	3.365.936	2.186.954	109.673	87.709
<b>Nordeste</b>	17.546.837	6.952.704	4.055.351	4.191.567	1.412.963	877.219	24.359	32.674
<b>Ceará</b>	2.834.813	1.093.779	613.429	679.872	264.618	167.740	4.861	10.514
<b>2009</b>								
<b>Brasil</b>	25.424.828	7.966.579	5.035.960	6.778.125	2.935.554	2.496.812	163.348	48.450
<b>Nordeste</b>	12.885.386	4.529.046	2.725.603	3.195.474	1.319.964	1.039.064	48.149	28.086
<b>Ceará</b>	2.310.041	769.978	467.985	563.968	283.931	213.171	5.819	5.189

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Na Tabela 9 foram analisados os moradores que residiam em domicílios com pessoas de referência (chefe do domicílio) sem instrução ou com menos de um ano de estudos, sendo ratificado que eles representavam a grande maioria das pessoas em situação de IA. No Ceará em 2004 esse grupo continha 39% das pessoas que residiam em domicílios em situação de Insegurança Alimentar moderada ou grave, reduzindo-se para 33,33% em 2009, estando em situação melhor que o Nordeste (35,14%), mas ficando atrás do Brasil (31,33%).

**Gráfico 2:** Distribuição percentual dos moradores em domicílios particulares com Insegurança Alimentar moderada ou grave, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio – Ceará - 2004 e 2009



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Para as pessoas residentes em domicílios cujo chefe possui 15 anos de estudo ou mais, a probabilidade de estar em situação de insegurança, moderada ou grave, é muito pequena. A distribuição dos moradores em domicílios com tal insuficiência alimentícia,



moderada ou grave, de acordo com a escolaridade do chefe do domicílio é evidenciada no Gráfico 2, onde é perceptível que a IA é mais presente quanto menor o nível de instrução dos responsáveis dos domicílios particulares.

#### 4.6. Pela Frequência Escolar

Esta subseção refere-se à análise da condição alimentar para as pessoas com menos de 18 anos de idade. Esse grupo etário da população torna-se um dos mais vulneráveis em relação à situação de IA por serem, em sua maioria, dependentes de outras pessoas. Observa-se uma considerável incidência de IA, moderada ou grave, entre os moradores menores de 18 anos de idade (Tabela 10). No entanto, em todas as dimensões geográficas consideradas (Brasil, Nordeste e Ceará) as ocorrências desses dois tipos de Insegurança Alimentar foram reduzidas entre 2004 e 2009.

**Tabela 10** - Moradores com menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (em 1000 pessoas), total e com Insegurança Alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por frequência a creche ou escola - Brasil, Nordeste e Ceará - 2004/2009

Moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (1 000 moradores)						
	Total			Com Insegurança Alimentar moderada ou grave		
	Frequência a creche ou escola			Frequência a creche ou escola		
Total (1)	Frequentavam	Não frequentavam	Total (1)	Frequentavam	Não frequentavam	
<b>2004</b>						
<b>Brasil</b>	59.990	44.263	15.728	14.897	10.263	4.634
<b>Nordeste</b>	18.742	13.647	5.096	7.537	5.271	2.266
<b>Ceará</b>	2.984	2.260	723	1.231	894	337
<b>2009</b>						
<b>Brasil</b>	56.788	44.504	12.284	9.928	7.484	2.444
<b>Nordeste</b>	17.911	13.955	3.956	5.176	3.967	1.209
<b>Ceará</b>	2.854	2.287	568	933	740	193

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

No Brasil, a Insegurança Alimentar moderada ou grave para indivíduos menores de 18 anos caiu de 24,8% em 2004 para 17,5% em 2009. Na região Nordeste, onde a situação é mais grave, esse percentual caiu de 40,2% em 2004 para 28,9% em 2009. No estado do Ceará, no primeiro ano analisado, 41,3% das pessoas menores de 18 anos residiam em domicílios com IA moderada ou grave. No entanto, em 2009, esse índice reduziu para 32,7%. Os valores percentuais podem ser observados na Tabela 11. Entre os menores de 18 anos a ocorrência era menor entre os que freqüentavam escola (ou creche). Para esse grupo o percentual era de 29,6% em 2004 e 32,3% em 2009. Já para os que não freqüentavam a escola esse índice foi de 46,6% dos indivíduos em 2004 e 34% em 2009.

**Tabela 11 - Prevalência de Insegurança Alimentar moderada ou grave dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, por frequência a creche ou escola - - Brasil, Nordeste e Ceará - 2004/2009**

	Prevalência de Insegurança Alimentar moderada ou grave dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (%)		
	Total (1)	Frequência a creche ou escola	
		Frequentavam	Não freqüentavam
<b>2 004</b>			
<b>Brasil</b>	24,83	23,19	29,47
<b>Nordeste</b>	40,21	38,63	44,47
<b>Ceará</b>	41,27	39,56	46,62
<b>2 009</b>			
<b>Brasil</b>	17,48	16,82	19,89
<b>Nordeste</b>	28,90	28,42	30,57
<b>Ceará</b>	32,68	32,34	34,03

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

#### 4.7. Por Condição de Ocupação e Atividade

Essa subseção apresenta informações considerando a situação de ocupação das pessoas de 10 anos de idade ou mais, residentes em domicílios com IA moderada ou grave. Os moradores em domicílios nessa situação que se encontravam ocupados no período de referência de 365 dias também são classificados de acordo com a atividade do trabalho principal, em agrícola ou não-agrícola.

**Tabela 12 - Moradores de 10 anos ou mais de idade (1.000 moradores), em domicílios particulares com Insegurança Alimentar moderada ou grave, por situação de ocupação e atividade do trabalho principal – Brasil, Nordeste e Ceará- 2004/2009**

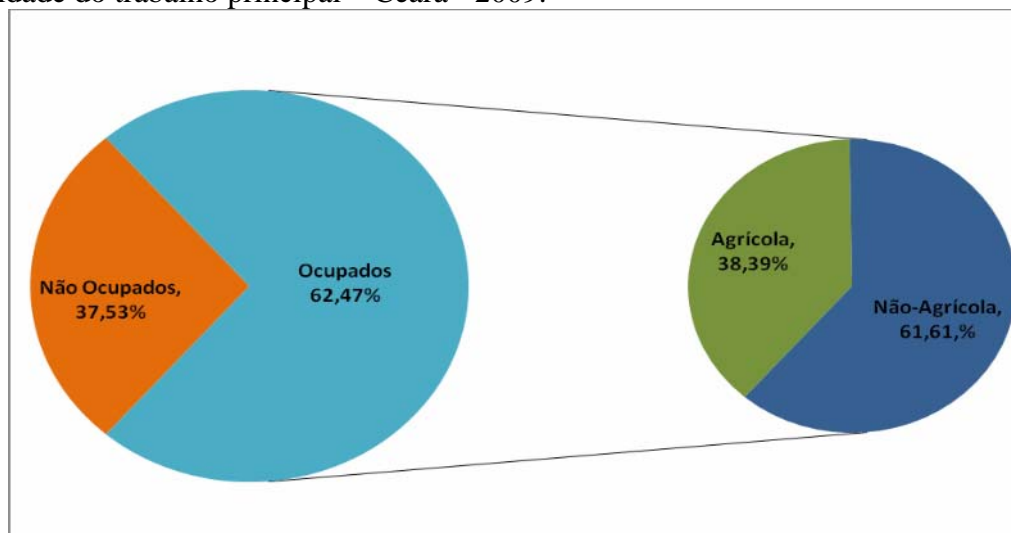
	Situação de ocupação no período de referência de 365 dias				
	Total (1)	Total (2)	Ocupados		Não ocupados
			Atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias		
			Agrícola	Não agrícola	
<b>2004</b>					
<b>Brasil</b>	27.154	15.801	5.368	10.431	11.354
<b>Nordeste</b>	13.401	7.972	3.675	4.296	5.430
<b>Ceará</b>	2.145	1.289	466	823	856
<b>2009</b>					
<b>Brasil</b>	20.293	11.640	3.381	8.260	8.652
<b>Nordeste</b>	10.243	5.927	2.357	3.570	4.316
<b>Ceará</b>	1.854	1.158	445	714	696

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Os dados também mostram que entre os ocupados, aqueles que se dedicam em atividades não-agrícolas são maioria. Esse resultado revela que há uma menor propensão à IA entre os indivíduos que se dedicam a atividades agrícolas, (Gráfico 3).

Para todas as discriminações de ocupação e atividade observa-se uma redução do número de pessoas em nível moderado ou grave de IA. Como poderia se esperar, existe uma maior prevalência de indivíduos não ocupados em situação alimentar mais precária (Tabela 12). Em 2009 esse valor para situação de ocupação, seja agrícola ou não, era de 57,36% para o Brasil, 57,9% para o Nordeste e 62,45% para o Ceará.

**Gráfico 3:** Distribuição percentual dos moradores em domicílios particulares com Insegurança Alimentar moderada ou grave, de acordo com a situação de ocupação e a atividade do trabalho principal – Ceará - 2009.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

## **5. DESAFIOS PARA O ESTADO NA SEGURANÇA ALIMENTAR**

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN vem ao longo dos anos avançando, tanto no aspecto político como conceitualmente, na medida em que, em articulação com o debate mundial, passou a entender e defender que a falta de acesso não se devia à insuficiência de alimentos, mas também a ausência da renda e de condições para aquisição; bem como a desigualdade do acesso aos meios de produção, destacando-se o acesso a terra.

O tema também avançou na construção dos marcos regulatórios, com uma Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº11.346 de 2006) que traz como definição que SAN é “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”.

Tal lei também inova quando trata da criação do Sistema de SAN – SISAN – e de parâmetros para construção da Política e do Plano de SAN; mas o principal avanço foi a introdução da alimentação como Direito Social na Constituição Brasileira (em fevereiro/2010). Entretanto, tais avanços ainda não foram suficientes, para transformar o quadro de insegurança alimentar no Ceará e em âmbito nacional, o que sinaliza a necessidade de focarmos a intervenção na consecução dos direitos sociais, com destaque para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA).

Atribuem-se a este grave quadro situacional de insegurança alimentar, fatores relacionados à natureza política, econômica e social, que agregam determinantes conjunturais e estruturantes.

Na operacionalização do DHAA, em recente Conferência Estadual, realizada nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2011, foi deliberado um conjunto de iniciativas, a saber: “garantia do acesso a terra como meio de promoção da segurança alimentar dos povos indígenas, quilombolas, e outras comunidades tradicionais; acesso universal à água potável; ampliação do Programa Bolsa Família; incentivo à agricultura familiar e ao associativismo/cooperativismo nas áreas urbanas e rurais; investimentos em equipamentos públicos destinados a Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias,

feiras, mercados e abatedouros; desenvolvimento de modelos agroecológicos de produção; organização e planejamento do orçamentos doméstico; implementar o SISAN nos municípios em que este não existe; maior divulgação do direito humano à alimentação; transformação do PAA em política pública; aumento progressivo da produção, disponibilidade, acesso e consumo de alimentos agroecológicos; universalização do acesso a uma alimentação adequada e saudável; e, a erradicação da fome”.

Nessa vertente o governo do Estado do Ceará por meio, principalmente, das Secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário além de outras setoriais, vem desenvolvendo uma série de ações, programas e projetos voltados à difusão da Segurança Alimentar e Nutricional, como Direito Fundamental ao ser humano. Instrumentalizando Municípios, para iniciar a estruturação do Sistema que viabilizará a consecução deste direito; agrupando sociedade civil e órgãos públicos sensibilizando-os para construção de políticas de SAN, elaboração dos marcos regulatórios e assessoramento aos conselhos para o exercício do controle social. Outras iniciativas deverão surgir a partir desta IV Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, ganhar mais agilidade, no intuito de subsidiar os municípios na elaboração de planos, na capacitação do público em situação vulnerável para a prática de hábitos e consumo saudável como também para a exigibilidade do direito.

Desse modo, frente às iniciativas citadas, considera-se como principais desafios para a implementação do Sistema e da Política de SAN no nosso estado:

- A institucionalização do marco regulatório no Ceará (Aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN Estadual, implementando o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN Ceará; e que irá possibilitar a gestão intersetorial e participativa; a articulação entre os entes federados para a implementação de políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setorial;
- A criação da Câmara Inter secretarias (ou intersetorial) – CAISAN, representação formada somente de órgãos governamentais, cuja principal atribuição é a coordenação intersetorial da elaboração e execução da Política e Plano Estadual de SAN;

- Elaboração do Plano Estadual de SAN, que deve ser construído pela CAISAN, tendo os estados o prazo de 01 ano para sua elaboração até (novembro de 2012) no intuito de participar do Pacto de Adesão ao SISAN Nacional. Tal pacto será validado através de documento a ser assinado junto ao MDS e que possibilita aos estados acesso a recursos, dentre outras vantagens. Esse plano deve conter ações, metas e recursos que envolvam as diversas setoriais de estado (agricultura, assistência social, trabalho, educação, saúde, recursos hídricos, etc).
- Cumprimento da responsabilidade do Estado em respeitar, proteger, realizar, promover, e prover a realização do direito humano a alimentação, bem como garantir mecanismos para sua exigibilidade;
- Monitoramento, fiscalização e controle do desenvolvimento da política de SAN;
- Garantia de aporte financeiro para cobertura das ações, programas e projetos de SAN a serem executadas nas várias setoriais, e que devem estar contemplados no PPA (2012/2015).
- Articulação de ações com o Plano Brasil sem Miséria.

Em consideração a estes aspectos, acredita-se que caberá ao governo do Estado, estruturar-se com base no modelo em construção, difundir a política, organizando os municípios na criação dos sistemas, a fim de permitir um salto qualitativo para consecução do direito humano á alimentação adequada e saudável e conseqüentemente erradicar a fome e outras formas de Insegurança Alimentar e Nutricional.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os avanços metodológicos da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA permitiram a construção de indicadores de segurança alimentar. A incorporação de uma pesquisa suplementar de segurança alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) permitiu o levantamento de um importante conjunto de informações que possibilitam o diagnóstico da situação brasileira, em nível regional e estadual.

Os dados permitiram traçar um perfil da população que se encontra em situação vulnerável. A análise confirma que o poder aquisitivo das famílias é um importante determinante. Mas outras características domiciliares e individuais também contribuem para esse perfil. As informações apontam que a Insegurança Alimentar é mais presente quando se consideram a população mais jovem, principalmente as que não frequentam a escola; nos domicílios onde o provedor possui maior nível educacional observa-se melhores condições de alimentação das pessoas e verifica-se também que as pessoas ocupadas em atividade agrícolas estão menos sujeitas a Insegurança Alimentar.

Tais informações possibilitam o acompanhamento da situação de SA e a análise de como diversos fatores estão relacionados com essa questão. Nesse sentido, é relevante averiguar e compreender a magnitude das relações que a situação de IA tem com seus determinantes, pois tal exercício possibilita delinear estratégias e facilitar a tomada de decisões governamentais, através de políticas públicas focadas para a garantia do direito a alimentação adequada. Essa é a preocupação do Governo do Estado do Ceará nas suas diversas ações.